

09/05/2018 - 05:00

Para economista da FGV, redução seria inconveniente

Por Bruno Villas Bóas

Uma eventual nova redução da meta de inflação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em sua reunião de junho, seria inconveniente porque o país está ainda numa zona de fragilidade fiscal, diz o economista e matemático Aloisio Araujo, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

A possibilidade de redução da meta para 3,75% para 2021 vem circulando no mercado desde junho de 2017, quando o CMN definiu as metas de 4,5% para 2018, 4,25% em 2019 e 4% em 2020 - redução de 0,25 ponto a cada ano.

Em meados de abril, contudo, o Banco Central - integrante do CMN com Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento - divulgou uma nota informando que a meta de inflação de 2021 ainda não está definida.

Para Araujo, o problema da redução da meta de inflação no atual momento é a fragilidade fiscal do país, que o deixa sujeito a choques externos, como o aumento dos juros americanos. Ele também menciona possíveis instabilidades geradas pelo cenário eleitoral brasileiro.

"Você não pode ter uma meta de inflação mais ambiciosa. Tem gente que gosta da ideia e fala em inércia favorável, por exemplo. Mas se você tiver um choque externo, ninguém vai falar em inércia. O câmbio puxaria tudo", diz o especialista.

Segundo ele, os pré-candidatos à Presidência da República até têm "bons assessores econômicos". Ele menciona Ciro Gomes (PDT) com Nelson Marconi (da FGV), Geraldo Alckmin (PSDB) com Pêrsio Arida e Jair Bolsonaro (PSL), assessorado por Paulo Guedes. Mas faz ponderações.

"Você não sabe como isso vai evoluir, se o candidato vai 'abandonar' esses assessores, ou se vamos ter outros candidatos com outros assessores subindo nas pesquisas. É algo delicado", acrescentou.

Segundo Araujo, o problema é que se o país tiver uma meta mais baixa e sofrer uma pressão inflacionária, via câmbio, por exemplo, será necessária uma dose maior de juros para convergir os preços de volta à meta. O simples descumprimento da meta de inflação geraria perda de "credibilidade".

A questão é que, quanto menor for a saúde fiscal do país, maior tende a ser sua meta de inflação. Estudo do professor mostra que Chile e Colômbia têm metas mais baixas do que a brasileira, mas também uma saúde fiscal melhor. No Brasil, a relação dívida bruta e PIB está em 75%, nível que considera elevado para nossos padrões.

Apesar dos problemas, Araujo afirma que o Brasil está em situação melhor que a Argentina, país que atravessa um crise cambial. Para ele, o Brasil, diferentemente do vizinho, conseguiu ao menos estabelecer a melhora fiscal como objetivo. Ele cita a devolução de recursos do BNDES e a intenção de reformar a Previdência.

"A dívida PIB cresceu mais devagar do que estava se projetando. Acho que esse é o caminho do Brasil. Mas vai custar um pouco [a se resolver a questão fiscal]. O que não gosto é quando se pensa a inflação dissociada do fiscal. Alguns economista argentinos pensavam dessa forma", diz o especialista da FGV.

Para Araujo, o país deveria, portanto, manter a meta de inflação em 2021 nos níveis previstos para 2020, de 4%. "Eu acho que não deveria mais reduzir a meta, mas também não acho que deva voltar a 4,5%, criar um ziguezague. O choque às vezes vem. Veio no caso da Argentina. Espero que, no caso do Brasil, ele não venha", diz.